

Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas

*Ana Luisa Fayet Sallas**
*Maria Tarcisa Silva Bega***

Artigo

O presente artigo procura pensar na possibilidade de constituição de uma Sociologia da Juventude, realizando uma releitura dos resultados das pesquisas feitas pela Unesco entre os anos 1998 e 2000. O contexto de emergência destas pesquisas foram os fatos ocorridos em Brasília no ano de 1997 em que cinco jovens de classe média-alta da cidade, numa “diversão” da madrugada, atearam fogo no índio pataxó Hã-há-hãe, Galdino Jesus dos Santos, de 45 anos, que dormia num ponto de ônibus no Plano Piloto da cidade. Tal evento chocou a opinião pública, pois, além do fato em si, marcado pela gravidade da ação, trazia para o centro do palco jovens bem nascidos, com educação formal condizente e de famílias prestigiosas da sociedade.

Como explicar tal ação? O que está acontecendo com os jovens de classes médias e altas? Como analisar este acontecimento, uma vez que ele colocava em xeque aquela velha equação de pobreza=violência, demandando outros modelos teóricos explicativos para tal situação?

Buscando responder a estas questões, a Unesco promoveu estudos em capitais como Curitiba, Fortaleza, Rio de Janeiro e outro realizado nas cidades satélites de Brasília – Ceilândia, Planaltina e Samambaia – com jovens integrantes de gangues e galeras. Embora com algumas diferenças na constituição das

* Socióloga, doutora, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Contato: analuisa@ufpr.br.

** Socióloga, doutora, professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Contato: tarcisa@ufpr.br.

amostragens e da abordagem qualitativa, todas as pesquisas tiveram a orientação metodológica de Julio Jacob Waiselfisz¹. As pesquisas construíram-se numa base quantitativa com aplicação de questionário com jovens e profissionais da educação e numa base qualitativa com a realização de grupos focais de jovens, pais, professores e policiais. O projeto nacional coordenado pela Unesco teve como proposta a construção de um estudo comparativo, quer entre grupos sociais envolvidos na temática, quer em âmbito territorial. A partir da percepção dos jovens, de pais, professores e policiais, foi possível realizar uma abrangente análise sobre a questão da violência e da cidadania no Brasil.

As categorias-chave deste projeto foram os conceitos de juventude, violência e cidadania, e ele pretendia, entre outras coisas, estabelecer parâmetros para a proposição de políticas públicas para a juventude brasileira, como foi enfatizado pelo representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, ao apresentar a pesquisa de Curitiba junto com Viviane Senna:

Esperamos que os frutos dessas iniciativas possam gerar também novas utopias transformadoras da sociedade, especialmente à medida que relevem outras formas de ação, que procurem trazer os valores da cidadania e da ética do campo das idéias para aquele das práticas efetivas. Que os jovens de hoje possam se identificar como protagonistas de sua história, uma outra história a ser contada sobre seu próprio país. (SALLAS, 1999, p. 18-19)

As pesquisas empíricas: Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Curitiba

Os estudos sobre juventude, violência e cidadania realizados por demanda da Unesco nas quatro capitais brasileiras, em-

¹ A pesquisa piloto da Unesco foi desenvolvida sob a coordenação geral de Julio Jacob Waiselfisz e realizou-se no Plano Piloto de Brasília, sendo entrevistados por questionários 401 jovens de 14 a 20 anos e onze grupos focais de jovens (87 jovens entrevistados). Foram também realizados cinco grupos focais com pais e dois grupos focais com professores – além de 360 questionários com profissionais de educação em 40 escolas (18 escolas públicas e 22 escolas privadas). (WASELFSZ, 1998).

bora tenham como foco pesquisas quantitativa e qualitativa com jovens na faixa de 14 a 20 anos, professores, pais e policiais, apresentaram algumas peculiaridades regionais que, ao término, interferiram nos resultados. A primeira, realizada em 1997 em Brasília, foi delineada a partir do “espanto” que permeou a sociedade brasileira, pelo comportamento anômico ou desviante de jovens de classe média que, pertencentes a famílias estruturadas e sem problemas sociais aparentes, ateiaram fogo em um índio que dormia num ponto de ônibus. Como apontam os seus autores, “[...] esta pesquisa buscou compreender valores, práticas e comportamentos sociais dos jovens de classe média, moradores do Plano Piloto de Brasília” (WASELFISSZ, 1998, p.133).

Estava inserida, como pesquisa piloto, num conjunto de estudos que se desenrolariam ao longo dos dois anos seguintes, com perspectiva claramente instrumental e normativa, visando a apresentar às várias instâncias e setores governamentais propostas de intervenção que deveriam embasar políticas públicas para a juventude.

As conclusões desta primeira pesquisa apontam para a perplexidade e o despreparo das famílias para compreender, dar respostas e, menos ainda, orientar os jovens. Se as famílias se sentem perdidas, a escola não assume seu lugar, direcionando-se, quando muito, à formação profissional. Os programas sociais obedecem à mesma lógica instrumental, apresentando propostas seletivas e compensatórias, direcionadas a “jovens em situação de risco” ou a “infratores”. Em todos esses subconjuntos de adultos, o jovem é um ser anômico, que coloca em xeque os modelos de integração social.

Jovens do Rio de Janeiro

Com pouco mais de elaboração intelectual, e sem a pressão da resposta imediata, a pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1998, em suas conclusões, apontou pela diversidade e pluralidade do objeto estudado e apresentou recomendações que pudessem subsidiar políticas públicas para a juventude, organizadas em três blocos. No primeiro, tratou da juventude em

sua sociabilidade – lazer, sexualidade e drogas – apontando para o peso primordial que o lazer ocupa na construção de valores e identidade da juventude carioca, mediado pela localização geográfica da moradia e pela condição socioeconômica. Na esfera da sexualidade, destacou que os jovens dominam um conjunto de informações relativas à reprodução e vida sexual, embora isso não signifique atitudes responsáveis. Na temática das drogas, é clara a sua presença na vida dos jovens, quer pela oferta, quer pelo uso. Isso não significa uma *conversão* deles ao uso, embora haja, por parte dos adultos-professores, uma leitura de que *todos os jovens são drogados*.

Recomendam maior presença da esfera pública, quer através de projetos sócio-recreativos, localizados preferencialmente em escolas públicas, que atinjam os grupos geográfica e socialmente não atendidos, apoiados em ações da sociedade civil, quer através de campanhas em massa, com a participação ativa dos jovens em sua produção e veiculação, para tratar da difusão de informações sobre sexualidade. Propõem maior ação da segurança pública, com políticas de vigilância sobre o contrabando de armas e drogas.

Sobre as instituições formalmente socializadoras – escola e família –, apontam, em primeiro lugar, pela defasagem entre o mundo do cotidiano juvenil, as práticas pedagógicas e formadoras da maioria das escolas. São evidentes o pessimismo e a leitura negativa dos profissionais da educação quanto ao futuro e possibilidades dos jovens.

Associado a essa visão negativa, observa-se

[...] o declínio evidente, nas duas últimas décadas, do prestígio das escolas e dos educadores” [...] Foram esvaziados o sentido de sua profissão e as fileiras dos bons professores, respeitados pelo seu conhecimento e pela sua sabedoria. [...] tudo isso significa não só prejuízos evidentes para o sistema escolar, mas também uma grande frustração para os jovens. (MINAYO, 1999, p. 225)

Vale a pena destacar uma conclusão fundamental a respeito da percepção dos jovens sobre o papel da escola: “[...] ficou

evidente o quase-grito dos jovens de todos os estratos sociais por uma educação formal de qualidade e por uma formação que lhes permita enfrentar o mundo competitivo e em transformações” (MINAYO, 1999, p.226). Portanto, as recomendações são óbvias: investimento na educação, revisão curricular, maior integração da escola com a comunidade.

Há consciência das mudanças havidas no desenho familiar, capacidade de adaptação dos jovens a tais modelos, e merece destaque a ausência paterna, em especial nos estratos sociais mais pobres. As recomendações apontam para três eixos: apoio estatal às políticas de suplementação de renda às famílias pobres, reflexão sobre as mudanças nas relações de gênero e ênfase nos movimentos/ações que atuem no sentido da positivação dos espaços de socialização dos jovens.

Em outro bloco temático, que trata da violência social, policial e doméstica nas escolas e na mídia, as conclusões seguem o mesmo roteiro, sendo mais interessante destacar as recomendações. Propõem investimento do setor público em

[...] mecanismos que promovam a diminuição das desigualdades sociais e da exclusão, tornando os problemas sociais centro das preocupações do Estado e dos governos. [...] repensar o sistema de segurança pública, tanto do ponto de vista organizacional, filosófico e disciplinar, como na orientação dos policiais, a fim de que o conceito de segurança se transforme em proteção dos cidadãos, ainda quando o papel de vigilantes da lei exigir o exercício da repressão. (MINAYO, 1999, p. 228)

Reafirmam a permanência da violência no âmbito doméstico. Recomendam que seja reforçado o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que os Conselhos de Direitos e Tutelares atuem efetivamente e que haja programas públicos que sensibilizem quanto à existência da violência doméstica e prevejam ações contra ela.

Destacam o papel ativo que as escolas devem assumir com relação à violência doméstica, através do “*treinamento do olhar e dos sentidos*” para a percepção de suas manifestações. Mas, para isso, é necessário enfrentar as ações violentas que ocorrem nos espaços escolares. Afirmam:

[...] Muitas das escolas públicas são hoje espaços físicos depredados e espaços morais violentados. Assim, a socialização pensada num contexto de mudanças no mundo, de exacerbação dos conflitos e das exclusões, de presença invasiva e sob poder de armas dos narcotraficantes, é um grande desafio hoje, sobretudo nas áreas populares, onde o anseio por uma educação de qualidade é tão forte. (MINAYO, 1999, p.229)

A mídia tem papel fundamental, pois ela contribui na construção da relação causal juventude=violência, na medida em que projeta “[...] um processo de banalização, seja por causa da forma espetacularizada que apresenta os fatos, freqüentemente levando a confundir realidade com ficção, seja pelo fenômeno da repetição permanente de filmes, peças, desenhos e mensagens que exaltam os comportamentos institucionais e individuais violentos” (MINAYO, 1999, p. 230). A proposta é que o setor público assuma posição mais ativa, no sentido de promover o princípio de responsabilização pelos programas.

No último eixo temático – cidadania –, aparecem demandas que podem ser traduzidas em garantia de qualidade de vida e direitos sociais, passando por ênfases de gênero, classe social e localização geográfica. As recomendações encaminham para ações públicas que incentivem processos de valorização da democracia no cotidiano, pela superação das discriminações e também dos preconceitos. Também a necessidade de políticas de emprego para os jovens, de ampliação da rede de ensino, em especial o superior, de mecanismos que permitam que o jovem que abandonou a escola possa se aprimorar e retomar sua formação.

Concluem com a seguinte afirmação:

[...] é que a juventude, diante das condições a ela dadas pela sociedade adulta, clama pela participação na construção compartilhada de um destino tão bonito como a cidade maravilhosa que os abriga, e tão grandiosos como são os problemas e contradições que enfrentam para serem sujeitos da história. (MINAYO, 1999, p. 232)

A questão que essa última assertiva não responde é se os modelos de participação (leia-se: integração social) que os adultos desenham e sugerem em seu imaginário é o mesmo que o mundo real permite ser realizado.

Jovens da periferia de Brasília

Passado o primeiro impacto da morte do índio Galdino, que deu origem à pesquisa com jovens de classe média em Brasília, a Unesco realizou outra investigação, em 1998, buscando conhecer a situação dos jovens nas cidades da periferia de Brasília (ABRAMOVAY, 1999). As conclusões direcionam-se para a questão da “[...] segmentação sócio-espacial, na qual classes e atores sociais exibem acentuada diferenciação e desigualdade, e não se congregam nos mesmos espaços públicos e privados” (ABRAMOVAY, 1999, p. 173). Há insatisfação dos moradores da periferia quanto ao lazer, quanto à condição de exclusão social, que se manifesta como sentimento de estigma, bem como de pouca valorização e desprezo por aqueles que vivem no Plano Piloto. Esses pólos antinômicos entre os ricos e os pobres são vivenciados de forma conflituosa.

[...] A exclusão social é claramente percebida pelos jovens mediante a comparação entre a riqueza e a pobreza, as diferenças sociais e a injustiça da sociedade em que vivem. O pobre é aquele que é excluído. O rico pode tudo, é protegido pela sociedade frequentemente ultrapassando o limite da impunidade. (ABRAMOVAY, 1999, p. 173)

Os autores chegam mesmo a afirmar que os pobres vêem os ricos como “inimigos”, como alvos de todo o ódio resultante da exclusão social, personificando as **causas diretas** das suas humilhações. Afirmam ser “[...] uma lógica distorcida que, ao mesmo tempo, personaliza a dimensão social e culpabiliza o sujeito particular”. Esta lógica, ao mesmo tempo, “[...] pode expressar o efeito do estigma que recai sobre os jovens da periferia, condicionando suas percepções e sua prática, em um mundo no qual a exclusão e auto-exclusão se retro-alimentam num jogo constante, em que a única certeza é a ausência de normas universais” (ABRAMOVAY, 1999, p. 174).

Nessa esteira analítica, a violência é a saída: não-monolítica, fragmentada, distorcida, comum ou naturalizada, vista e vivenciada ora como fatalidade, ora como portadora de instrumentalidade. Isto é, pode ser válida em algumas circunstâncias. Portanto, “[...] as representações sobre o fenômeno [da violência] são produto, de um lado, de uma construção mental

ligada à realidade e, do outro, de uma construção real a partir de histórias vividas e recolhidas pelos jovens em suas vidas” (ABRAMOVAY, 1999, p. 175).

Para os jovens da periferia da capital federal, o trabalho, categoria-chave de inclusão na sociedade moderna, “[...] não é visto como uma fonte de satisfação, de prazer, de realização pessoal e nem mesmo de segurança e de integração social. Parece que os jovens estão em busca de novas identidades, negando-se a compartilhar uma filosofia que vincula a identidade social, o dever moral e o êxito ao trabalho assalariado” (ABRAMOVAY, 1999, p. 176).

Partindo da ambigüidade na relação com o trabalho, ela se estende à educação formal que, ainda que comporte um conjunto de elementos de mediação que impedem conclusões tão compartimentadas, não produz resultados concretos o suficiente para que possam mudar as expectativas dos jovens quanto a um futuro melhor. Assim, alguns jovens, ao relatar as limitações impostas às suas vidas, vislumbram como única saída a vida do crime, na qual o maior sonho é chegar a ser traficante.

[...] Vitimas, culpados, ou ambos, são os entrevistados, pichadores, “chegados” ou bandidos. O seu discurso e sua prática são ambíguos; e trabalhar, não trabalhar, estudar, não estudar, futuro, presente, morte, crença na vida, sociabilidade, estigma territorial, identidade, violência, paz, bandidos, heróis, criatividade aparecem como marcas desses grupos de jovens contraditórios e rebeldes. (ABRAMOVAY, 1999, p. 181)

Terminam o trabalho com a seguinte afirmação:

[...] Pode-se concluir que a falta de alternativas, a ausência de instrumentos para lidar com um contexto globalizado e fragmentado, no qual as mudanças são constantes, levam os jovens a enfrentar situações em que faltam referências norteadoras de conduta, com repercussões nos processos de construções identitárias. (ABRAMOVAY, 1999, p. 186)

Os jovens de Fortaleza

O jovem de Fortaleza pouco se diferencia dos demais capitais. Tem como marca a homogeneidade e diversidade, uma

vez que suas vidas são marcadas por “[...] códigos e critérios próprios de classificação e pelos códigos e critérios do mundo adulto” (BARREIRA, 1999, p. 217). Vivem a vida, ocupam espaços, dividem-se por gênero, religião e raça como os demais jovens brasileiros que habitam as metrópoles. São vítimas da violência (moral, simbólica, física, social), das discriminações as mais diversas e reagem de igual modo. Como afirmam os autores,

[...] a juventude é recortada por todas as variantes sociológicas que podemos aplicar ao conjunto de uma população, sendo que se torna mais sensível às oscilações entre o conjunto das oportunidades ofertadas pela sociedade e o conjunto efetivo das oportunidades de realizar uma vida considerada significativa. (BARREIRA, 1999, p. 218)

Preocupados em apresentar uma síntese da complexidade da vida e da percepção da vida desses jovens, associada a um elenco de políticas públicas a serem operacionalizadas, dividem os significados que esses atores sociais atribuem ao mundo, em relação às propostas de combate à violência, em dois blocos distintos. No primeiro, indicam que qualquer iniciativa não pode se apoiar apenas na perspectiva das relações individuais,

[...] mas está vinculada, fundamentalmente, a mudanças no modo de gestão governamental dos bens coletivos, que constituem o espaço e o patrimônio do que se convencionou chamar de esfera pública. Nesse sentido, a violência fundante é genericamente tratada a partir da ausência ou ineficácia das políticas públicas [...] *versus* impunidade, direito ao trabalho, moradia, entre outros bens de consumo coletivo. (BARREIRA, 1999, p. 219)

É no âmbito da inexistência e/ou precariedade das ações da esfera pública – escola, moradia, trabalho, lazer, entre outros – que a violência emerge, atingindo particularmente os mais pobres, os meninos de rua, e assim por diante. Mas, diversamente de outras cidades pesquisadas, propostas são passíveis de serem vislumbradas em outro campo, através da valorização da arte e da cultura, entendendo-as como canais de expressão diversos dos habituais. Afirmam que a arte pode ser experimentada como um contraponto ou como redefinição de sua própria vivência. Isto é, entendida como

[...] um incentivo aos jovens ausentarem-se da rua, sem construir um lugar negado e estigmatizado sobre ela. A arte, neste sentido propositivo, é aqui tratada como um canal de evasão dos sentimentos de indignação, protesto e afirmação positiva da interação de novas sociabilidades de identidades. (BARREIRA, 1999, p. 220)

Curitiba e seus jovens

Os dados presentes na pesquisa de Curitiba tiveram como pontos centrais a análise da percepção dos jovens a respeito da violência cotidiana, das formas como ela se manifesta para os mais diferentes grupos sociais, quais os espaços onde ela se expressa (família, escola e cidade), e como a violência é percebida e vivida nos limites do espaço público. Buscamos, através da fala dos jovens, identificar quem seriam os responsáveis pela violência e quais as soluções que eles consideravam como possíveis para solucionar ou, no limite, diminuir os problemas relativos à violência.

Incorporamos também a percepção que os pais e profissionais da educação têm da violência e cidadania expressa pelos jovens. Pudemos identificar os variados estilos de vida e visões de mundo expressos pelos jovens, decorrentes de diferenciações de classe, gênero e raça, e, nesse aspecto, pudemos lidar com a possibilidade de refinamento dos dados, em que foi possível estabelecer um aprofundamento de análise e densidade etnográfica.

A pesquisa procurou verificar as formas de sociabilidade, seja na escola, seja na família e em outros espaços de presença tipicamente juvenil (clubes, *points*, discotecas etc.), que constituem o cotidiano dos jovens e a existência de diferentes manifestações de violência; enfocou também as diferentes formas de associações juvenis – turmas, galeras, gangues – e o *ethos* destes agrupamentos.

A experiência do trabalho de campo² nos possibilitou – através da aplicação dos questionários e a realização das entrevistas

² Na abordagem quantitativa, foram aplicados 900 questionários com jovens de 14 a 20 anos, representativos de diferentes estratos socioeconômicos e com 400 profissionais de educação. Na abordagem qualitativa, foram realizados 36 grupos focais: 7 grupos de jovens matriculados em escola pública; 5 grupos de jovens matriculados em escola privada; 2 grupos de jovens universitários, 1 grupo de

com jovens, professores, pais e policiais – verificar a importância e a necessidade da existência de um espaço efetivo de “fala”, no qual os diferentes atores de nossa sociedade possam expressar de modo aberto e direto as suas percepções, seus dilemas e impasses, numa perspectiva dialógica, com vistas à superação da violência e criação, nesse espaço de fala, de um embrião de práticas sociais cidadãs.

Curitiba era vista como um possível contraponto aos resultados obtidos nas demais capitais brasileiras. Isso, porque portadora de um discurso governamental diferenciado, que reafirma sua experiência de planejamento urbano como a mais exitosa entre as capitais, resultante, entre outros, da capacidade empreendedora de seus administradores e da identidade européia (portanto, branca e desenvolvida) de seus habitantes. Nada mais falacioso.

A vida dos jovens nesta cidade é carregada de uma tensão muito grande. De um lado, os jovens têm uma visão extremamente positiva da cidade, em que a maioria gosta de praticamente tudo que ela lhes oferece: áreas verdes, parques, shoppings. De outro, detestam a violência, criticam o excesso de propaganda sobre a cidade, percebendo a ação do marketing na construção de uma imagem irreal da cidade que eles vivenciam cotidianamente. Essa imagem irreal da cidade contribui para a violência, especialmente em sua forma simbólica. Esse processo pode facilmente ser reconhecido quando vinculado à segregação espacial existente na cidade, que demarca claramente os lugares dos ricos e os lugares dos pobres, devendo cada um ter consciência do seu lugar.

A conclusão desta investigação não seguiu o modelo proposto pela Unesco (quadro de recomendações que subsidiassem políticas públicas), sendo estruturada como uma outra problematização: sobre o jogo e as regras do jogo. Começa afirmando que:

pais de jovens matriculados em escola pública; 1 grupo de pais de jovens matriculados em escola privada; 2 grupos de professores de jovens das escolas públicas; 2 grupos de professores de jovens das escolas privadas; 3 grupos de jovens pertencentes às “torcidas organizadas”; 1 grupo de jovens dependentes de drogas; 1 grupos de pais de jovens dependentes de drogas; 5 grupos de jovens em situação de risco – Casa do Piá II (meninos) e Casa das Meninas e Pastoral do Menor; 2 grupos de jovens negros, estudantes de escolas públicas; 1 grupo de jovens homossexuais; 3 grupos de Policiais (Batalhão Escolar Feminino, Oficiais e Soldados/Homens).

[...] dentro de seus limites, o jogo cria ordem e é ordem. O jogo integrado à cultura estaria associado ao espírito lúdico, por requerer a ousadia e o risco. Pretendemos que estas idéias iluminem alguns pontos que aqui recolhemos e que poderiam ter por título “*Onde estão as regras do jogo?* ou talvez ainda, “*Quais são as regras do jogo?*”. (SALLAS, 1999, p. 340)

Os resultados relativos aos adultos-pais são os primeiros a ser discutidos, uma vez que eles eram percebidos pelos jovens como pertencentes à “geração de 68”, entendida por muitos como a que lutou pela liberdade, pela justiça e pela democracia, que se tornou sujeito histórico de seu tempo e que ajudou a desenhar o que hoje reconhecemos como a cidadania. Essa família, apresentada como instância positiva pelos temas de diálogo que mantém com os filhos, mesmo que sejam apenas sobre alguns assuntos e diferenciados por gênero, “[...] assume posições ambíguas quando deve estabelecer o que é permitido e o que não é” (SALLAS, 1999, p. 341).

Os adultos-professores dão aulas, mas não sabem o que estão fazendo na escola, pois foram incapazes de reconhecer o seu papel formador junto aos jovens. Para os jovens, a escola é a instituição mais importante em suas vidas depois da família. Já os professores sentem-se impotentes, consideram que o seu trabalho nada vale, posto que a família, de um lado, e a mídia, de outro, têm muito mais força e poder de formação e de transformação que eles. Em função disso, parecem recusar-se a continuar jogando. Consideram “essa juventude como alienada, individualista e imediatista”, que nada respeita e que não tem limites impostos pela família. Ou seja, os professores identificam fora deles e da instituição da qual fazem parte a responsabilidade de os jovens serem o que são hoje, distanciando-se assim de seu ideal moralizador e socializador fundamental.

Outro grupo pesquisado – os adultos-policiais – representa, efetivamente, a instituição que tem por princípio fundador a manutenção da ordem e que objetiva garantir, entre outras coisas, a segurança dos indivíduos. Como instituição da ordem e dos limites, não enfrenta descompasso entre função e práticas. Por isso, os jovens reconhecem os policiais como o grupo que melhor conhece o seu papel e o que cumpre, com maior eficiência, as regras do jogo. Talvez seja pelo seu papel repressor que a

polícia é vista como fiel da balança, tendo obtido nota 5,0 no conjunto das instituições e que expressa uma relação dúbia, de confiança e desconfiança. Se, por um lado, há unanimidade entre os jovens ao afirmarem que a ação policial é violenta, por outro, esta violência ganha adjetivos distintos: para os mais abastados, a polícia é violenta porque ineficaz, por não garantir a segurança pública; para os pobres e para os pretos/pardos, a violência é a da discriminação, pelo uso monolítico de um “olhar adestrado” para identificá-los como suspeitos.

Os adultos-mídia constroem um jovem estereotipado, na medida em que transformam o que é constitutivo das condições sociais em traços discriminadores. Os pobres são sinonimizados como *o bandido*, *o marginal*, *o delinqüente*, e os ricos como *o inconseqüente*, *o vagabundo*, *o filhinho de papai*. Tomam o jovem estudante, que é portador de uma atitude reconhecida e defendida como positiva pelas instituições socializadoras básicas (família e escola) e transformam-no em “*o idiota*”, “*o pato*”, o “*nerd*”. É, em síntese, uma mídia que não mantém uma linha de coerência entre o que prega em suas campanhas de solidariedade e cidadania, de efeito passageiro, e sua programação normal, discriminadora e veiculada permanentemente.

De toda a investigação, fica “um gosto amargo” para os adultos-pesquisadores, para nós sociólogos, pois, ao longo do trabalho, estavam presentes em todas as falas (inclusive na dos jovens), expressões que os projetavam como alienados, individualistas e imediatistas. Naquele momento da pesquisa, devolvíamos as questões: por que não ser alienado? Por que não ser imediatista? Por que não ser individualista? Nossa resposta era que,

[...] resistindo a esses rótulos, o que os jovens hoje talvez estejam pedindo aos adultos, por meio de diferentes formas de expressão, que podem ser também violentas, é que se restabeleçam ou se definam com clareza quais são as regras do jogo. Que haja o consentimento dos participantes nos termos em que se coloquem e que sejam rigorosamente seguidas por todos os que estiverem envolvidos no jogo. Esse parece ser o clamor dos jovens. Além disso, reconhecem que, para que o jogo de fato ocorra, é fundamental que nenhum participante se utilize da trapaça para levar vantagem frente aos demais parceiros. Mas,

caso a trapaça de fato ocorra, é preciso que ela não fique impune. Portanto, ao se definirem as regras do jogo, é preciso deixar claro quais são as penalidades para quem as transgrida. (SALLAS, 1999, p. 343)

Hoje, além de reiterar tais questões, incorporamos a elas um outro eixo argumentativo: quem realmente é o imediatista, o alienado e o individualista? Os jovens que clamam por regras, mas que devem ser questionadores, diferentes, criadores de novos modelos? Ou serão os adultos, que puderam viver a sua juventude como momento de transgressão, de aventura, de marca geracional? Esses adultos, inicialmente vistos como a “geração de 68”, mas que se mostra como uma geração ressentida e que, ao invés de extrair da vivência dos anos de 1960 e 1970 a maturidade e a generosidade para compreender/aceitar o momento de hoje dos jovens como o seu (dele) momento, rouba-lhes este momento fugidio. Rouba-lhes em vários sentidos. De um lado, por projetar sobre os jovens as suas frustrações e seus fracassos. Por outro, por viver as marcas da juventude – a transitoriedade, a aventura e a contestação – como permanentes, isto é, não como etapa de socialização, mas como valor.

Possibilidades de uma Sociologia da Juventude

Para os propósitos deste artigo, enfatizamos aqui o conceito de juventude, em especial da forma como foi trabalhado ao longo das diferentes pesquisas. Pensar numa Sociologia da Juventude significa retomar o conceito de juventude, bem como os resultados alcançados nas pesquisas, para podermos avançar em nossas reflexões. Trata-se de uma outra forma de olhar esses trabalhos, tendo em mente algumas orientações teóricas, a começar por aquela expressa por Bourdieu (1998, p.24), quando nos alerta para os perigos da construção do objeto, marcado pela oposição entre “teoria” e “metodologia”.

Ainda seguindo Bourdieu, tomar a juventude por objeto implica pensá-la num contexto de relações no qual está inserida, adotando, como método, uma luta constante contra qualquer forma de percepção do mundo social como *substancialista*. Pensar em ter-

mos de relações significa, aqui, também colocar em evidência os mecanismos relativamente arbitrários na categorização de populações pré-construídas. Para Bourdieu, “[...] seria tomar para objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura” (BOURDIEU, 1998, p. 28).

É desse ponto de ruptura que pretendemos refletir sobre as possibilidades de construção de tal objeto, bem como de um campo de estudos de uma Sociologia da Juventude. Sabemos, desde os trabalhos de Ariès (1981), que as noções e percepções da infância e da juventude estão marcadas sócio-historicamente, ou seja, elas têm variado no tempo e de uma cultura para outra (e mesmo no interior de uma mesma sociedade, se observamos, por exemplo, crianças de classe média com direito ao que entendemos por infância, e as crianças denominadas “*meninos de rua*”). Neste sentido, juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica. Compreende-se por que mesmo modernamente a conceituação da juventude não é consensual. Uma de nossas hipóteses para a ausência deste consenso diz respeito à transformação de indicadores “objetivos” de base biológica num *valor*, sustentado por estilos de vida considerados apropriados e modernos. Sobre este ponto, voltaremos adiante.

Se olharmos para grandes organismos internacionais que trabalham o tema e que refletem esse debate, observamos diferenças. Por exemplo, enquanto a Organização Internacional da Juventude define os limites etários entre 15 e 24 anos, a Organização Mundial de Saúde – OMS/OPAS os definem entre 10 e 20 anos. Para a finalidade da pesquisa Unesco, que teve um marco comparativo, foi utilizada como referência a idade entre 14 e 20 anos, porque também indicada no projeto piloto. Segundo Márcia (1980), autor utilizado pela equipe da Unesco, a identidade consolida-se nesta fase. É nessa fase que o desenvolvimento físico, as capacidades cognitivas e as experiências sociais coincidem, facilitando ao adolescente rever e sintetizar suas identificações infantis para construir um caminho realístico no futuro. A partir desta classificação, considera-se a juventude no início da adolescência tardia, concluindo este processo aos 20 anos, quando uma identidade adulta começa a se formar e consolidar.

Ainda que saibamos que existe um elemento biológico que participa de maneira fundamental na nossa percepção do que seria a juventude, este não resolve em absoluto no que diz respeito a uma definição consensual em torno do tema. Ou seja, questões socioculturais e políticas parecem ser determinantes, muito mais que os processos biológicos próprios do período. A discussão acadêmica e científica também varia, e aqueles profissionais advindos da área médica ou biológica dispõem de uma categorização, enquanto os cientistas sociais dispõem de outra, muito embora pareça que as formulações feitas pelos últimos têm dado o tom e influenciado, de maneira significativa, as percepções médicas e biológicas sobre o fenômeno. De tal maneira que alguns autores, médicos, ao tratarem do problema, simplesmente não tocam nessa discussão de faixa etária e sim do problema da transformação bio-psicológica.

Seja qual for a denominação, “*entrada*” ou recorte, encontramos a demarcação clara entre o processo biológico e o social. Dolto (1990), representando um importante ponto de vista entre psicanalistas e psicólogos, afirma que é necessário ultrapassar, para compreender o problema em toda sua extensão, as faixas etárias. Gennep (1977), em seu texto clássico sobre os ritos de passagem, assinala a existência de uma puberdade social não coincidente com a puberdade biológica.

Na verdade, esse debate se insere na grande discussão travada por sociólogos e antropólogos que demonstrarão a determinação sociocultural de comportamentos que antes eram atribuídos a uma natureza biológica. Por outro lado, “[...] a cultura não pode ser considerada nem simplesmente justaposta, nem simplesmente sobreposta à vida. Em certo sentido substitui-se à vida, e em outro utiliza-a e a transforma para realizar uma síntese de nova ordem” (MALINOWSKI, 1982, p. 42).

Outra importante contribuição da Antropologia deu-se através de etnografias que demonstraram as variações das categorias de idade em outras sociedades (EVANS-PRITCHARD, 1978; MEAD, 1968; MALINOWSKI, 1983). Também estudos no interior da sociedade ocidental demonstram essas variações, como o feito por Varagnac (1968), que, estudando camponeses france-

ses, detectou um sistema de categorização de idade dividido em oito etapas, a saber: primeira infância (fim do aleitamento); crianças; os jovens e as jovens; os recém-casados; os pais e mães de família; os viúvos e as viúvas; os velhos e, por último, os falecidos (apud WAISELFISZ, 1998).

Em todo caso, e levando em conta as questões que apresentamos anteriormente, podemos fazer menção à definição da Unesco produzida a partir da Conferência Internacional sobre a Juventude, em Grenoble (1964):

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adote para determinar se as pessoas são “jovens”. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (apud FGV/UNESCO, 1987, p. 661)

Desta definição, cabe destaque para três aspectos da juventude: ser um estado transitório, sustentar-se por critérios próprios de autodefinição e ser marcado pelo pertencimento a determinados grupos de idade. De imediato, podemos pensar em como justamente esse *estado transitório* vai constituir-se num *valor permanente* a ser conquistado por todos. Talvez fosse importante apresentar de outra forma o problema da categorização etária, assim como posto por Bourdieu: “[...] as divisões entre as idades são arbitrárias..[e] a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades” (1983, p. 67). Ou seja, o significado de ser jovem é relacional a outras categorias de idade. Tal discussão nos remete ainda para o fato de que, dependendo do que se defina como sendo o jovem e a juventude, estabelece-se o que é próprio e “*natural*” a este grupo. No entanto, parece haver um consenso em relação a um aspecto, pelo menos no que diz respeito às modernas sociedades ocidentais, a saber, de que esse período é marcado por profundas transformações e inquietações, por crítica e desejo de mudança.

Partindo dessa relação entre juventude e o pertencimento a determinados grupos etários, novamente podemos pensar na

necessidade de romper o senso comum, mesmo aquele presente nas representações das instituições oficiais. Logo, a objetividade das organizações sociais e dos cérebros, em que a ciência realiza, através de fatos, representações que “[...] são o produto de um estado anterior da ciência, em que ela, em suma, se registra a si mesma sem se reconhecer...” (BOURDIEU, 1998, p. 35).

O significado disso é que em grande medida a Ciência Social vai construir seus temas a partir dos chamados problemas sociais, tomados como legítimos e dignos de serem debatidos publicamente e, em grande medida, oficializados pelo Estado. Ainda com Bourdieu, este observa que os objetos reconhecidos pela ciência oficial nada mais são do que problemas sociais que entraram na Sociologia – como juventude, delinquência, velhice, lazer, desporto, etc. –, que vão variar de acordo com a consciência social do momento. O significado disso é que o mundo social constrói sua própria representação dos problemas que são assim legitimados pelos sociólogos. Para efetivamente romper com essa visão instrumental das Ciências Sociais, é preciso elaborar

A história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto... e, especialmente, no campo das ciências sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 36)

Da releitura da pesquisa Unesco, podemos recuperar justamente essa dimensão da constituição social do objeto juventude, contextualizando os agentes sociais que a promoveram como os organismos internacionais, os centros de pesquisas e as universidades. Por outro lado, a classificação da juventude como grupo etário social e culturalmente construído e reconhecido vai constituir-se como tema da Sociologia a partir daquilo que Abramo (1994) destaca como a visibilidade da juventude na sociedade moderna do século XX: com o surgimento de comportamentos “anormais” e “desviantes” em que os grupos juvenis eram pensados como contestadores, excêntricos e delinquentes. Essa abordagem da juventude foi em grande parte produzida com os estu-

dos da Escola de Chicago nos anos 1920-30 nos EUA, que tinha por temática a questão do crescimento urbano e seus efeitos sobre a população. “As questões de delinqüência, por um lado, e de rebeldia e revolta, por outro, permaneceram como chaves na construção da problematização da juventude ao longo de todo esse século” (ABRAMO, 1994, p. 25).

Segundo este autor, a Sociologia Funcionalista norte-americana, com os estudos de Parsons, apesar de considerar a existência de uma subcultura juvenil, não se afasta da noção de “desvio” como disfunção do processo de socialização. Numa outra direção, observa que na Escola Francesa, com os estudos de Edgar Morin (1986), a temática da juventude é pensada como sua constituição em sua categoria histórica, cuja existência é marcada por sua ambivalência: de um lado, a cultura juvenil expressa sua integração aos valores da sociedade de consumo e da indústria cultural; de outro, busca diferenciar-se a partir de estratégias de emancipação e de autonomia.

Podemos observar que os estudos sobre juventude serão marcados em grande medida por estas duas grandes perspectivas: uma tradição de tratar a temática da juventude partindo do “desvio” e “anomia”, e outra, pensando nos termos da existência de uma cultura juvenil com os paradoxos de integração e diferenciação. No trabalho de Abramo, existe a preocupação de falar nas *várias juventudes*, com diferenciação complexa e densa de comportamento e valores.

Juventude e anomia

Nesse sentido, a própria pesquisa original de Brasília destaca em sua conceituação de juventude que o balanço da bibliografia sobre o tema apresenta um foco nas análises que tratam dos “*problemas*” dos jovens, de suas atitudes desviantes, rebeldes e de delinqüências. Também observa estudos com jovens pobres e excluídos do processo de integração social. Reitera em sua abordagem a idéia de que

[...] a cultura juvenil apresenta ambivalências: de um lado, aceita os princípios da sociedade de consumo e seus valores; ao mesmo tempo,

tende a ser contra. As manifestações contrárias não assumem as características de protestos políticos organizados, mas se manifestam de outras formas. (WASELFISZ, 1998, p. 159)

Apesar de toda discussão realizada para definir um campo próprio de estudos de uma Sociologia da Juventude, a pesquisa original que proporcionou a realização de estudos nos Estados não esteve isenta de uma visão de início marcada pelo “desvio” e “anomia” de jovens de classe média-alta ao atearem fogo e matarem o índio Galdino. Pensamos que aquele modelo de exclusão, pobreza e violência havia sido posto à prova – uma prova, digamos assim, mais tangível que qualquer outro tipo de pressuposição.

Em termos teóricos, essa visão marcada pelo “desvio” e “anomia” apresenta alguns problemas que merecem ser abordados. Se até aqui chegamos à idéia de que não existe uma juventude universal, nem uma homogeneidade que a unifique, as temáticas da delinquência e da transgressão apresentam-se, no entanto, de forma recorrente. Diante disso, podemos pensar num contraponto para a visão normatizadora presente nos estudos sobre juventude com a contribuição do estudo de Norbert Elias e John L. Scotson *Os estabelecidos e os outsiders* (2000).

Esta pesquisa proporcionou a oportunidade para Elias colocar em xeque uma determinada visão ligada ao conceito de anomia no contexto britânico, que se referia essencialmente a um estado de ausência, de falta de regras e de ordem, possuindo, assim, um sentido normativo de julgamento moral que era utilizado para estigmatizar os *outsiders*. Trata-se não propriamente de uma visão pioneira, da questão do estigma, em vista de ela já ter sido abordada por Goffman em seus trabalhos clássicos *A representação do eu na vida cotidiana* (1959) e *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada* (1963), mas de um novo olhar sobre temas caros à Sociologia no final dos anos 50 e início dos 60. Esse novo olhar de Elias procura pensar no modelo estabelecido-*outsiders* dentro de um quadro de relações de conflitos entre “os velhos moradores de Winston Parva” e os “novos”. O tema da diferenciação social é tratado aqui por outras categorias que não as de classe social, etnia, religião. No modelo estabelecidos-*outsiders*, elabora-

do por Elias, é possível compreender como se constrói a identidade dos grupos, em torno de uma auto-imagem da “minoridade dos melhores” – da “boa sociedade” – em oposição aos *outsiders*, com sua “minoridade dos piores” como grupos estigmatizados.

Aqui se repõe a questão da anomia. Como observa Elias, o conceito inicialmente elaborado por Durkheim tinha uma certa precisão no contexto do estudo do suicídio, mas teve também implicações valorativas específicas, na medida em que demonstrava certa desilusão com a sociedade moderna industrial e que o “[...] passado devia ter sido melhor do que o presente. Desde então, ligou-se a esse conceito um sopro de saudade de um passado mais risonho e agora perdido, no qual não havia ‘anomia’ – um passado que nunca existiu” (ELIAS, 2000, p. 178). Junte-se as conotações morais do termo, e Elias ainda observa que os próprios interesses da pesquisa social vão associar-se aos “problemas” – ou aos fenômenos sociais que representam “anomia”, deixando de lado aquilo que é considerado “nômico”. Observa assim que a “nomia” e a “coesão social” foram implicitamente concebidas como fatores morais, como algo positivo e bom, a serem contrastadas com a “anomia” e com a “ausência de coesão”, que eram consideradas mais como uma censura moral do que como uma figuração social específica (ELIAS, 2000, p. 179).

A questão proposta por Elias sobre a relação entre a escolha de determinados objetos de pesquisa e os juízos de valor torna-se fundamental porque significa pensar nos conceitos e problemas de “anomia” olhando para a configuração inversa – a das condições nômicas. Referida a uma forma de “mau funcionamento” social, a “anomia” é percebida como um problema tópico de importância considerável e, a esse título, parece digna de investigação. Seu inverso, a “nomia”, é tida como “normal”; implica que “tudo está bem” e, por conseguinte, não parece suscitar nenhum problema. Desde o começo, a escolha dos temas de pesquisa é influenciada por juízos de valor externos, e, como se pode constatar, o que é tido como “ruim” tende a ser preferido como tema de pesquisa ao que é visto como “bom”. Elias observa que há uma preocupação com tudo o que cria dificuldades, não se dando importância ao que parece estar correndo bem. Assim, os engaja-

mentos e juízos de valor daí decorrentes tendem a nos levar a perceber grupos de fenômenos inseparáveis e interdependentes como se fossem separados e independentes (p.180).

Para além da relação estabelecidos-*outsiders*, a proposta de Elias é a de identificar as configurações que as constituem como espaço de relações usando a metáfora da dança para ajudar a desenhar o significado da sua idéia de figuração e de mudanças figuracionais. A partir de imagens de figurações móveis de pessoas independentes numa dança de salão, se torna fácil imaginar estados, cidades, famílias e também o capitalismo, o comunismo e o sistema feudal como figurações. É possível, segundo Elias, falar da dança em geral, mas nós não podemos imaginar a dança como uma estrutura fora dos indivíduos ou como uma mera abstração. A mesma figuração da dança pode certamente ser dançada por diferentes pessoas; mas sem uma orientação para a pluralidade e a reciprocidade de indivíduos dependentes, não há uma dança. Como qualquer outra figuração social, a figuração dança é relativamente independente de indivíduos específicos, formados aqui e agora, mas não de indivíduos como um todo. Pode parecer absurdo dizer que a dança é uma construção mental abstrata resultante da observação de indivíduos considerados separadamente. O mesmo se aplica para todas as outras figurações.

Se, por um lado, a metáfora da dança pode ajudar a ver que a ênfase dada pelo sociólogo é para tentar compreender o sistema social como historicamente produzido, por outro, as figurações de indivíduos interdependentes não se tornam satisfatórias como um guia para a compreensão dos indivíduos. Uma melhor imagem desse ponto de vista pode ser aquela do jogo sem regras, ou melhor, no qual a única regra é que os jogadores estejam jogando. Danças são governadas, como tudo, por regras, tanto na forma quanto no conteúdo. A imagem do jogo sem regras enfatiza essas propriedades do envolvimento do indivíduo na vida social. A característica regular do jogo pode ser atendida pelos diferentes jogadores ou grupos de jogadores, mudando os objetos e as regras de conduta do jogo em resposta ao movimento de outros e de acordo com seus próprios vários propósitos. Diferente da dança, o jogo sem regras permite aos indivíduos um tipo de

oportunidade histórica. O jogo é somente o que os jogadores estão jogando em determinado momento – um padrão passageiro de regras transformadas em projetos.

Por outro lado, o que os jogadores estão jogando em cada momento não é somente o jogo: alguns deles estão tentando mudá-lo, e outros, preservá-lo. O repúdio à civilização pressupõe a existência da civilização. E, nesse sentido, os indivíduos podem ser vistos como produto das figurações que eles produzem. Claro, é muito difícil encontrar palavras para expressar a idéia de unidade do indivíduo e sociedade adequadamente no interior da linguagem construída para expressar a idéia da sua separação. A metáfora do jogo sem regras pode encerrar ou tornar esse termo geral. Mas sempre levando em conta que a metáfora do jogo pode apenas enfatizar a extensão na qual a explicação sociológica de indivíduos e a sociedade se configuram como categorias históricas. Descrições podem ser extraídas do tempo. Se o objeto de estudo é “o estado do jogo”, é possível também fazer um mapa da rede de interdependências dentro de uma figuração particular em cada momento. E *explicar* as características distintas desse mapa, analisando o custo do jogo naquele momento em que ele se torna essencial – precisamente porque não pode apresentar a estrutura independente das vidas individuais, nem um agregado de indivíduos livres de qualquer interdependência no jogo social. Figuração é uma palavra útil, porque isso significa, ao mesmo tempo, um modelo e um processo de modelação, insistindo que a modelação é a chave para o modelo. Com Elias observa:

Uma rede de interdependência entre seres humanos é o que mantém eles juntos. Estas interdependências são o nexa através do qual é aqui chamado de figuração, uma estrutura mutuamente orientada e dependente de pessoas. Desde que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, primeiro pela natureza e então através da vida social, da educação, da socialização e da geração de necessidades sociais recíprocas, elas existem somente como pluralidade, somente em figurações. Isto é, porque não é particularmente frutífero conceber um homem como a imagem de um homem individual. (ELIAS, 2000, p. 189)

Desse ponto, podemos retomar a idéia da juventude como um elemento constitutivo de diferentes figurações com sua plurali-

dade de relações e de significados. Tomando como referência a definição da juventude como auto-identificação e grupos etários, temos que levar em conta as relações que ocorrem justamente entre esses diferentes grupos de idade – jovens e velhos – no sentido concorrencial e de competição. Esse aspecto nos leva ao segundo grande eixo do tema da juventude, que é o da cultura juvenil.

Cultura juvenil como valor cultural

Pensar numa cultura juvenil significa levar em conta, de imediato, a multiplicidade de formas de sociabilidade existentes para a vida cotidiana dos jovens, marcada por relações grupais na escola, igreja, família – para mencionar aqui aquelas instituições socializadoras tradicionais e outros agrupamentos como dos jovens de torcidas organizadas, grupos de *punks*, *darks*, *nerds*, *hip-hop*, e assim por diante.

O que se verifica na vida dos jovens é talvez um elemento básico e corrente daquelas formas de sociação que tanto interessaram a Simmel no início do século XX. Ao pensar numa Sociologia como ciência, pensava-a como o campo de estudos das formas de sociação, fundadas num princípio básico humano de agrupar-se e diferenciar-se. Como qualquer outro grupo humano, os jovens procuram agrupar-se por afinidades em torno dos mais diferentes interesses, sejam eles artísticos, sejam culturais, políticos, e assim por diante. Existe também um esforço da juventude para diferenciar-se, em busca de expressão de sua individualidade.

A procura por autonomia e diferenciação, por um lado, e de cooperação e integração, por outro, não pode ser vista como expressão de processos antagônicos ou paradoxais. São apenas faces de um mesmo processo que tem marcado a vida dos jovens nas modernas sociedades industriais. Esses elementos poderiam ser pensados, aqui, como algo constitutivo da juventude, marcados por aquilo que Simmel definiu como próprio de um espírito aventureiro, em que, mais do que se chegar a qualquer ponto, importa o caminho, o percurso do aventureiro. Para esse autor, a aventura é algo ligado à nossa existência, mas, fora dela, tem um começo e um fim definido, “[...] por isso o

aventureiro é também o exemplo mais forte do homem a-histórico, do ser do presente. De um lado, ele não é definido por nenhum passado, o que determina sua oposição à velhice, de outro, não há para ele o futuro” (SIMMEL, 2005, p. 172). O aventureiro é aquele que investe na chance flutuante, no destino e no que é impreciso: “[...] derrubamos a ponte entre nós, adentramos o nevoeiro, como se o caminho devesse nos conduzir sob quaisquer circunstâncias” (ibid., p. 176).

Simmel formula também uma oposição entre a aventura e o estilo de vida da velhice. Para ele, a aventura é uma forma de experiência, diferenciada dos conteúdos particulares que podem ter a aparência, pois sua característica é uma tensão do sentimento da vida, do seu interior com o fluxo exterior. Assim,

Somente a juventude conhece a preponderância do processo sobre os conteúdos da vida, enquanto para a velhice, quando o processo da vida começa a desacelerar e a enrijecer, importam os conteúdos, que são de certo modo atemporais e indiferentes ao ritmo e à paixão da experiência. Na velhice, ou se vive totalmente centralizado, e neste caso os interesses periféricos decaem e perdem a ligação com a vida essencial e com sua necessidade interna, ou limitado tão somente aos detalhes isolados e passa a haver a acentuação da importância do que é meramente exterior e casual. (SIMMEL, 2005, p. 180)

Se para Simmel a disposição histórica é mais característica da velhice, a disposição à contemporaneidade incondicional é própria da juventude, na sedução da aventura que não reside em seus conteúdos, mas na forma aventureira como experiência, de intensidade e de suspense que a faz sentir a vida: o que se chama de subjetividade da juventude é

[...] a matéria da vida em seu significado objetivo que não é para ela tão importante quanto o processo que a conduz, quanto a própria vida. O fato de a velhice ser “objetiva”, o fato de ela formar, a partir dos conteúdos que a vida passada deixou [...] faz do velho aventureiro um fenômeno repulsivo se sem estilo. (SIMMEL, 2005, p. 181)

A atualidade das reflexões de Simmel nos ajuda a pensar nos termos de uma cultura juvenil, no que é próprio dela e de

suas relações com outros grupos etários. A questão que nos interessa problematizar aqui é justamente quando aqueles elementos que têm marcado e sido reconhecidos como uma cultura juvenil – imersos na transitoriedade, no instante, no presente –, passam a ser objeto de um culto – objeto esse apropriado pelos adultos e também pelas crianças como um valor – imutável e permanente em disputa por todos.

Sem dúvida que a sociedade de consumo e a indústria cultural contribuíram para essa “*migração*”, digamos assim, do sentido, do valor e do significado do que é ser jovem. Por outro lado, a Ciência Genética, a Biotecnologia e as modernas intervenções estéticas proporcionaram a amplificação do que é ser jovem, trazendo para o cotidiano de vidas comuns a possibilidade de realização de um desejo mítico – o da Eterna Juventude.

Esse mito pode, de alguma forma, ser recontado através da moda, de programas de televisão, de celebridades, valorizados pela juventude e beleza, através de “ritos mágicos” executados em clínicas estéticas, em programas de computadores que retocam e corrigem as imagens marcadas pela passagem do tempo.

Genep, em seu estudo clássico sobre os ritos de passagem, destacou em diferentes estudos etnográficos a importância da marcação da passagem do tempo, da passagem de estados e de posição no interior das comunidades. Assim, podemos considerar os novos “ritos mágicos” como ações contra o tempo, que buscam, de um lado, congelá-lo e, de outro, prolongá-lo, o culto à juventude como *o tempo sem tempo* passa ampliar-se para todos os espaços da vida, em que há uma busca intensa por mais e *mais tempo sem tempo*.

Reconhecemos que os valores da juventude como cultura têm marcado a experiência de todos como objeto de desejo e culto, de mitos que jogam contra os mitos, no sentido em que não há uma desmitologização na sociedade global. Os mitos ainda vigoram, aqui e ali, de modo fragmentado e descontínuo, dissociados de experiências sociais compartilhadas por gerações em relação umas com as outras. Não existe mais um propósito ou um sentido de vida que os mitos podem ter por função transmi-

tir. Com isso, o culto à juventude apresenta-se em grande medida contra os jovens: são julgados como alienados, individualistas e consumistas. Os adultos lhes dizem: “*nada sabem, nada querem saber*”. O poder deste tipo de assertiva tem sido vigoroso para retirar dos jovens aquilo que eles, como “agentes” ou “sujeitos da história”, procuram cada dia e de formas variadas: exercitar-se na aventura, lançar-se a ela sem uma bula prescritiva de “ética” e “cidadania” auto-referenciada.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis - punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.
- ABRAMOVAY, Mirian et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers**. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARREIRA, César et al. **Ligado na galera**. Juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Brasília: Unesco, 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.
- GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Vozes: Petrópolis, 1977.
- MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MÁRCIA, J. Identity of adolescence. In: ADELSON (Ed.) **Handbook of Adolescent Psychology**. New York: John Willey and Sum, 1980.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Fala galera**. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba; esperanças e desencantos**. Juventude, violência e cidadania. Brasília: Unesco, 1999. (Edições Unesco).

SOUZA, J., ÖELZE, B. (Org.) **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora da UnB, 2005.

WASELFISZ, Júlio Jacobo (Coord.) **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez, 1998.